

As redes familiares e de solidariedade no poder local: o caso da Câmara Municipal da paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora (Minas Gerais, Brasil), 1850 – 1888

Caio da Silva Batista

Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro
Juiz de Fora – Minas Gerais – Brasil
caiodasilvabatista@gmail.com

Resumo: O presente artigo busca analisar como famílias “antigas” e “tradicionais” da paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora, que se localizava na Zona da Mata de Minas Gerais, desenvolveram estratégias sociais, como o matrimônio e o compadrio, com famílias de prestígio da localidade, para se manterem no poder político local, representado pela Câmara Municipal, durante o século XIX. Além deste aspecto, este estudo busca compreender como os membros destas famílias auxiliaram na formação urbana da paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora.

Palavras-Chaves: História da Família, poder local, laços sociais.

Introdução: A formação da paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora

A paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora estava localizada na Zona da Mata mineira, que durante o período colonial estava inserida nos *Sertões do Leste*. Este território foi decretado no início do século XVIII pela Coroa portuguesa como “Zona Proibida” (FONSECA, 2011, p. 125)¹. A proibição de ocupação dos *Sertões do Leste* da Capitania de Minas Gerais estava inserida numa política portuguesa que buscava tornar o acesso à região mineradora mais restrita e aumentar a arrecadação de impostos oriundos da extração aurífera. Todavia, esta proibição não impediu que os *Sertões do Leste* fossem povoados².

¹ Este artigo é fruto de um levantamento inicial de uma pesquisa que tem por objetivo analisar, dentre outros aspectos, o perfil social e econômico dos senhores de escravos da paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora durante o século XIX.

² O povoamento desta região foi tardio, se comparado com outras partes de Minas Gerais que foram colonizadas durante o século XVII. Sobre este assunto consultar: LAMAS, 2006; CARNEIRO, 2008.

Diversos fatores contribuíram para a povoação desta região, dentre eles a decadência da exploração do ouro na região central da Capitania de Minas Gerais no decorrer do século XVIII e a construção do Caminho Novo, que ligava Vila Rica (Atual cidade de Ouro Preto - MG) ao Rio de Janeiro, em 1701. Em relação ao Caminho Novo, esta rota foi essencial para o povoamento da Zona da Mata mineira, pois em suas margens se formaram roças, fazendas, paragens, ranchos, povoados e capelas que auxiliavam no povoamento da região (CARNEIRO, 2008, p. 94).

O surgimento dessas povoações na Mata mineira estava associado, principalmente, à criação de postos de fiscalização, de vendas, de paragens, dentre outros elementos que auxiliavam na fixação de pessoas na região. Muitos desses lugarejos se desenvolveram e vieram a se tornar vilas, cidades, freguesias, distritos e curatos, enquanto outros se estagnaram ou desapareceram. Concomitante ao desenvolvimento desses povoados havia uma área rural formada, em sua grande maioria, por médias e grandes propriedades que contavam com grande contingente de escravos (SOARES, 2009, p. 60).

O crescimento das povoações que margeavam o Caminho Novo se intensificou a partir da segunda metade do século XVIII, período em que ocorreu a redução da extração de ouro na Capitania de Minas Gerais. Este fenômeno fez com que muitos indivíduos migrassem das regiões mineradoras para outras localidades da Capitania, dentre eles, a Zona da Mata. Em decorrência deste aumento populacional nesta região, houve o crescimento de diversas aglomerações humanas, dentre elas a paróquia de Santo Antônio do Juiz de Fora, que abrigava o Arraial de Santo Antônio do Parahybuna.

Durante o século XVIII esta localidade era um pequeno povoado que servia, principalmente, para paragem de tropas e viajantes que passavam pelo Caminho Novo das Minas Gerais. Porém, durante a primeira metade do século XIX em decorrência da valorização do café este povoado e a Zona da Mata mineira, de uma maneira geral, sofreram um crescimento demográfico significativo.

Dentro deste contexto, Bruno Vitoretto (2012, p. 79) ao analisar a formação de fazendas na Mata mineira demonstra que durante os oitocentos houve a migração de ricas e influentes famílias dos Campos das Vertentes e do termo de Barbacena para a Mata mineira. Em relação à região do “Juiz de Fora”, Vitoretto (2012, p. 79) afirma que famílias de prestígio como os Monteiro de Barros, Dias Tostes, Valle Amado, Ferreira Armond, Paula Lima, dentre outras foram as “pioneiras” da localidade, possuindo

grandes porções de terras e de escravos e usufruindo forte influência social e política. Como irei demonstrar mais adiante, muitos membros dessas famílias formaram o grupo político da paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora durante o século XIX.

Em meio ao desenvolvimento socioeconômico da Zona da Mata, oriundo principalmente da expansão cafeeira na porção sul, em 1836 o governo da Província de Minas Gerais contratou o engenheiro alemão Henrique Guilherme Fernando Halfeld para construir uma estrada carroçável que ligasse Ouro Preto ao Rio de Janeiro. Esta rota tornaria a comunicação comercial e social entre a capital mineira e a Corte mais eficiente.

Inaugurada em 1838 a Estrada Nova do Paraibuna, também chamada de Estrada Nova, contornava, em grande parte, o trajeto já existente do Caminho Novo, que foi ampliado. Porém, ao chegar à porção norte do arraial de Santo Antonio do Parahybuna, o engenheiro Halfeld abandonou o antigo percurso do Caminho Novo, passando a estrada para a margem direita do rio Paraibuna.

A partir desta nova rota a margem direita do rio Paraibuna passou a ser uma região com melhor infraestrutura para o crescimento do arraial de Santo Antonio do Parahybuna, uma vez que, o terreno neste local era mais plano do que a parte esquerda, região com muitas montanhas, que dificultava a expansão urbana do arraial (LESSA, 1988, p. 34-38). Além deste aspecto, o lado direito passou a contar com uma estrada onde podiam passar charretes e carruagens.

É importante salientar que as terras na margem direita do rio Paraibuna que formava parte da paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora pertenciam, quase que na totalidade, à família Tostes e posteriormente a Halfeld (ESTEVES, 1915, p. 52)³. Nesse sentido, a ocupação e urbanização desta área foram incentivadas pelos herdeiros do tenente Antonio Dias Tostes, o capitão Antonio Dias Tostes e Manuel Dias Tostes e, posteriormente, pelo engenheiro Henrique Halfeld, que após ficar viúvo de sua primeira mulher casou-se com Cândida Maria Carlota Tostes e herdou parte das terras do lado direito do rio Paraibuna.

Assim, para valorizar seus terrenos e obter maior “status” social na localidade as famílias Tostes e Halfeld “doaram” terras para construir a nova matriz, vias

³ A família Dias Tostes chegou à região de Juiz de Fora na primeira metade do século XIX quando o Tenente Antonio Dias Tostes adquiriu a fazenda do Retiro. Posteriormente o Tenente comprou a sesmaria do Juiz de Fora e a fazenda do Alcaide-Mor (Tapera). Essas duas sesmarias formavam boa parte da paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora. Sobre o assunto consultar: BASTOS, 2004, p. 129 – 134.

públicas, dentre outras benfeitorias nesse “novo centro urbano” que se formava na margem direita do rio Paraibuna (ESTEVES, 1915, p. 51).

Em decorrência da expansão econômica, oriunda, sobretudo, da expansão cafeeira e da agricultura de abastecimento, e a partir do fortalecimento dos “homens bons”, que formavam a elite da localidade, o arraial de Santo Antonio do Parahybuna conquistou sua emancipação do termo de Barbacena em 1850 pela lei provincial 472 de 31 de maio, que criava a Vila de Santo Antônio do Parahybuna⁴.

Este novo município era formado por duas paróquias a de Chapéu D’Uvas e a de Santo Antônio do Juiz de Fora. Esta última, englobava a área urbana, o subúrbio, os arredores e a área rural da então Vila de Santo Antonio do Parahybuna e, posteriormente, das cidades do Parahybuna (1856) e do Juiz de Fora (1865) (OLIVEIRA, 2010, p. 48).

Após a conclusão das obras do prédio da Câmara Municipal em 1853 o município de Santo Antônio do Parahybuna passou a exercer suas funções políticas e administrativas de forma efetiva (ESTEVES, 1915, p. 54). Neste mesmo ano foi eleita a primeira mesa diretora da Câmara Municipal.

Em 1856, em decorrência do desenvolvimento e crescimento deste núcleo urbano, a Vila de Santo Antônio do Parahybuna foi elevada à categoria de cidade, passando a se chamar Parahybuna⁵. Em 1865, a toponímia da localidade foi alterada pela lei provincial número 1.262 de 19 de dezembro que mudava o nome da Cidade do Parahybuna para Juiz de Fora⁶.

Em relação à população desta localidade a tabela a seguir demonstra como se deu a evolução demográfica na paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora no decorrer do século XIX.

Tabela 01 - Evolução da população escrava e livre na paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora (1831, 1853 e 1872)

⁴ APM. Coleção de Leis Mineiras. Lei número 472 de 31 de maio de 1850. Tomo XVI. Parte 1º. P. 41 -52. Typhografia Episcopal. 1855. Marianna. Link de acesso: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras/brtacervo.php?cid=1088 Acessado em 14 de setembro de 2012.

⁵APM. Coleção de Leis Mineira (1835 - 1889). Lei nº 759 de 02 de maio de 1856. T..22. Parte 1. Ouro Preto: Tipografia Provinvial de Minas. P. 6 – 7. Link de acesso: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras/brtacervo.php?cid=1494 Acessado em novembro de 2012.

⁶APM. Coleção de leis do Império. Ouro Preto. 1889. Link de acesso: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras/brtacervo.php?cid=2256 Acessado em novembro de 2012.

Ano	Livres	Porcentagem	Escravos	Porcentagem	Total
1831	546	40,87%	790	59,13%	1.336
1853	4.025	38,36%	6.466	61,63%	10.491
1872	10.933	60,38%	7.171	37,01%	19.371

Fonte: GUIMARÃES, 2006; OLIVEIRA, 2010; SOUZA, 2007; Recenseamento do Brasil em 1872 – Minas Geraes. Biblioteca Digital do IBGE. Link de acesso: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acessado em novembro de 2012⁷.

Os dados expostos na tabela acima indicam que a população, tanto livre quanto escrava, da paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora cresceu durante o século XIX. O aumento populacional na localidade esteve associado a diversos fatores, dentre eles, a expansão da cafeicultura e das atividades agropastoris voltadas para o abastecimento local. A diversificação econômica da paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora durante a segunda metade do século XIX também auxiliou no aumento populacional.

Além do crescimento demográfico e urbano, a paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora durante o oitocentos contou com um grupo político formado por famílias antigas da região ligadas ao plantio de café e a agricultura e pecuária de abastecimento.

Para se manterem no poder, essas famílias utilizaram-se de diversos mecanismos, como o matrimônio e os laços de solidariedade. Na próxima seção irei analisar de forma mais detalhada as estratégias utilizadas pelas famílias “tradicionais” e “antigas” da paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora para se manterem no poder durante o século XIX.

A “Câmara dos Compadres” na paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora

Os estudos sobre a formação de famílias das elites brasileiras do século XIX demonstram que havia uma relação entre casamento, grupo social e cor⁸. Dentro desta

⁷ Para o total de escravos em 1872 foi levado em consideração a população escrava estimada por Elione Guimarães (2006) para a freguesia de São Pedro de Alcântara, que não havia sido recenseada. Nesse sentido, a população escrava estimada por Guimarães para a freguesia de São Pedro de Alcântara era de 5.000 escravos que somado aos 14.371 cativos das demais freguesias/paróquias do município de Juiz de Fora chegava a uma total de 19.371 almas.

⁸ O termo elite compõe a “*minoría que dispõe, em uma sociedade determinada, em um dado momento, de privilégios decorrentes de qualidades naturais valorizadas socialmente (por exemplo, a raça, o sangue etc.) ou de qualidades adquiridas (cultura, méritos, aptidões, etc.). O termo pode designar tanto o conjunto, o meio onde se origina a elite (por exemplo, a elite operária, a elite da nação), quanto os indivíduos que a compõem, ou ainda a área na qual se manifesta sua preeminência. No plural, a palavra 'elites' qualifica todos aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se*

perspectiva, Eni Samara (1989) ao analisar as famílias de São Paulo durante o oitocentos chegou à conclusão que os matrimônios eram realizados, geralmente, a partir de padrões e normas que faziam com que indivíduos da mesma posição socioeconômica se unissem.

Esse procedimento era utilizado desde o período colonial pelos “homens bons” ou “nobreza da terra” e garantia a manutenção da hierarquia social, do poder político e da riqueza dos membros desse grupo⁹. Porém, é importante salientar que as uniões entre indivíduos de grupos sociais distintos ocorriam por meio do concubinato ou vínculos consensuais e religiosos.

De acordo com Samara (1989, p. 89), os matrimônios no Brasil oitocentista predominaram

(...) em certos extratos da população e estiveram preferencialmente circunscritos aos grupos de origem, representando a união de interesses, especialmente entre a elite branca. Esta, preocupada em manter o prestígio e a estabilidade social procurava limitar os matrimônios mistos quanto à cor, e em desigualdade de nascimento, honra e riqueza.

A partir da observação exposta por Samara, é possível detectar que o matrimônio foi um elemento fundamental para as elites brasileiras oitocentistas manterem a “pureza do sangue” e o “status” social. Esta característica estava associada ao estilo de vida agrária que predominava no Brasil desde o período colonial.

Mesmo com o aumento da urbanização no Brasil durante o século XIX a grande maioria da população continuava vivendo em áreas rurais e diversos valores da vida no campo permaneceram nos centros urbanos oitocentistas brasileiros, como o casamento entre indivíduos do mesmo “status” social e a solidariedade familiar.

Todavia, tal como indica Samara (1989, p. 88), no decorrer do século XIX, na medida em que o ambiente urbano brasileiro diversifica sua economia e seus grupos sociais, novos “valores” eram incorporados na formação familiar das elites brasileiras. Essas alterações proporcionaram, dentre outros fatores, a união de membros de outros grupos sociais, como os negociantes e os profissionais liberais, com indivíduos pertencentes às elites nacionais. No entanto, esses arranjos eram celebrados a partir de

arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade” (BUSINO apud HEINZ, 2006).

⁹ Há uma série de estudos sobre a história da família no Brasil que analisam os diversos aspectos que envolviam as relações familiares. Dentre essas obras cito: BACELAR, 1997; OLIVEIRA, 2005; SILVA, 1999.

diversos pré-requisitos que envolviam cor, religião, riqueza, ocupação e origem do cônjuge.

Como é possível observar, o casamento entre as elites brasileiras no período imperial tinha grande importância e envolvia diversos interesses econômicos, políticos e sociais. Além deste aspecto, tal como observa Samara (1989, p. 90), esses matrimônios eram celebrados em um círculo limitado de pessoas e as uniões entre parentes e afins eram frequentes. Essa estrutura era necessária para a manutenção da “pureza do sangue”, da “linhagem” e do “status social”.

Em relação à paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora, os “homens-bons”, que formavam a elite desta localidade, eram, em sua grande maioria, “(...) barões, comendadores, grandes fazendeiros de café, comerciantes, médicos ou advogados (...)” (GENOVEZ, 2011, p. 61- 79).

Alguns membros desse grupo chegaram ao cargo de vereador e administraram o centro urbano e o município dentro de seus interesses. Todavia, é importante salientar que nem todos os profissionais liberais, comerciantes, grandes fazendeiros, barões, guardas nacionais e comendadores que formavam a elite da paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora chegaram à vereança, pois, assim como em outras localidades, o poder local envolvia laços familiares, sociais e econômicos que influenciavam diretamente na ascensão política.

Sobre este assunto, Patrícia Genovez ao analisar as listas de apuração das eleições juizforanas no período de 1853 a 1889 observou que muitas famílias disputaram o cargo de vereador (GENOVEZ, 2011). Porém, a grande maioria não ganhava as eleições, pois o parentesco e/ou laços de compadrio e matrimoniais com famílias “antigas” e “tradicionais” da localidade era levado em consideração para a escolha dos vereadores (GENOVEZ, 2011).

Nesse sentido, fazer parte da vereança significava ter o reconhecimento público de fazer parte do “grupo dos melhores”. Dentro desta perspectiva, é possível afirmar que em meados do século XIX os laços sociais era um requisito importante, embora não o único, para conseguir prestígio, “status” e o acesso às Câmaras Municipais.

A partir deste contexto, é possível detectar que o poder público local na paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora, assim como em outras localidades do período, foi um ambiente fechado a “estranhos” em decorrência das relações de

compadrio e solidariedade entre as principais famílias da região por meio de alianças e casamentos. As eleições municipais confirmavam esta tendência.

Por esse motivo, a Câmara Municipal de vereadores da vila de Santo Antônio do Parahybuna e, posteriormente, das cidades do Parahybuna e do Juiz de Fora na segunda metade do século XIX foi uma “câmara de compadres” que formava a elite local e atraía para si famílias influentes da localidade.

Dentro desta perspectiva, Genovez (2002), ao analisar a composição da Câmara Municipal juizforana no período imperial, conclui que as famílias Valle Amado, Tostes e Vidal foram as que mais tiveram prestígio e poder político na localidade durante o Império.

Dentre essas famílias, que eram antigas e “tradicionais” na localidade, os Tostes, descendentes da família Dias Tostes, estiveram presentes em todas as legislaturas da câmara no período de 1853 a 1889. Os Vidal, presentes na região desde o início de sua povoação, só não possuíram representantes nas eleições de 1865 e 1877. Os Valle Amado, proprietários de sesmarias na região desde o século XVIII, tiveram uma participação descontínua na vereança e foram mais numerosos entre os eleitores (GENOVEZ, 2002, p. 52 – 62).

Dentro desta perspectiva, é possível concluir que essas três famílias formavam a “cúpula” da elite local, pois foram as mais influentes na formação das mesas da Câmara Municipal. Em relação à ocupação dos indivíduos que compuseram as câmaras no período de 1853 a 1889 a tabela abaixo demonstra as ocupações dos vereadores deste período.

Tabela 02 - Principais ocupações dos vereadores, suplentes e secretários da Câmara Municipal da paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora (1853-1889)

Legislaturas	53-56	57-61	61-64	65-68	68- 72	73- 76	77-80	81-84	84- 86	87 - 89
--------------	-------	-------	-------	-------	--------	--------	-------	-------	--------	---------

Guarda Nacional	11	11	16	06	06	06	04	06	04	02
Fazendeiro	11	11	16	07	08	07	04	08	03	05
Lavrador										
Capitalista	02	02	--	01	04	--	01	01	01	--
Negociante	01	--	01	01	01	01	01	01	01	01
Profissional Liberal	02	04	04	07	07	08	09	04	06	07

Fonte: GENOVEZ, 2002, p. 71. ESTEVES, 1915, p. 130 – 131¹⁰.

A partir dos dados fornecidos pela tabela acima é possível detectar que os vereadores da região em análise durante o período imperial exerceram as ocupações de fazendeiros, lavradores de mantimentos, Guardas Nacionais, negociantes, capitalistas e profissionais liberais: advogados, médicos, funcionários públicos, padre, farmacêutico, escritor, criador, magistrado e engenheiro.

Dentre as ocupações citadas anteriormente houve o predomínio de vereadores Guardas Nacionais, lavradores de alimentos e fazendeiros. A grande presença de Guardas Nacionais pode ser explicada pelo fato de que esses indivíduos ao serem eleitos vereadores já haviam conquistado patentes que lhes possibilitavam comandar e manter, as suas custas, uma guarda ou cavalaria, o que lhes dava “status” e ascensão política (FAORO, 2000). Além deste aspecto, alguns membros deste grupo também eram proprietários de terras e donos de escravos.

Porém, tal como nos demonstra a tabela acima, houve uma queda da participação de membros da Guarda Nacional no legislativo municipal. Este fato está associado ao fim desta instituição, que a partir da década de 1870 foi dissolvida pelo governo imperial.

No entanto, a presença de indivíduos da extinta corporação no legislativo municipal até a proclamação da república demonstra o poder exercido pelos coronéis, que mantiveram suas bases econômicas e sua influência na política local.

A grande presença de fazendeiros/lavradores na Câmara Municipal era um reflexo da economia local, que se embasava na plantação de café e na agricultura e

¹⁰ A tabela apresenta a(s) ocupação(ões) dos vereadores, dos suplentes e secretário, sendo as quantidades que se seguem: 1853 – 1856: 7 vereadores, 7 suplentes, 1 secretário. 1857 – 1861: 9 vereadores e 9 suplentes. 1861 – 1864: 9 vereadores, 9 suplentes e 1 secretário. 1865 – 1868: 9 vereadores, 9 suplentes e 2 secretários. 1868 1872: 10 vereadores, 7 suplentes e 1 secretário, 1873 – 1876: 10 vereadores, 9 suplentes e 1 secretário. 1877 – 1880 : 8 vereadores, 7 suplentes, 1 secretário. 1881 – 1884: 8 vereadores, 4 suplentes, 1 secretário. 1884 – 1886: 9 vereadores, 3 suplentes e 1 secretário. 1887 – 1889: 9 vereadores, 8 suplentes e 1 secretário.

pecuária de abastecimento. Por esse motivo, a maioria dos membros do legislativo municipal durante a segunda metade do século XIX foram senhores de escravos e/ou grandes/médios proprietários de terras.

Sobre os capitalistas, que em geral também exerciam as funções de fazendeiros e/ou lavradores, e os negociantes o quadro acima mostra que estes não tiveram uma participação expressiva na política local, pois ficaram ausentes de algumas legislações. Entretanto, a presença desses indivíduos na Câmara demonstra a existência de outros setores econômicos coexistindo junto com o plantio do café e a agricultura de abastecimento.

Em relação aos profissionais liberais, que eram advogados, médicos, farmacêuticos e engenheiros, em sua grande maioria, foi constatado que havia a relação desses indivíduos com famílias produtoras de café ou de mantimentos por meio de laços familiares e/ou matrimoniais e/ou de compadrio. Por esse motivo, esse grupo sempre apresentou representantes no legislativo local.

Para melhor ilustrar a relação dos profissionais liberais com as famílias formadoras da elite de Juiz de Fora tomarei como exemplo o Comendador Henrique Halfeld, de origem alemã, que foi engenheiro, lavrador de mantimentos e grande senhor de escravos na região em análise.

O Comendador Halfeld “entrou” para elite da paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora ao se casar em 1839, após ficar viúvo, com a filha do tenente Antônio Dias Tostes, Cândida Maria Carlota (BASTOS, 2004, p. 156 - 157). Esta união permitiu que Henrique Halfeld se tornasse grande proprietário de terras na região do “juiz de fora” e fosse inserido na elite da localidade.

Outro exemplo foi o casamento do Doutor João Nogueira Penido, médico que veio de uma família desprovida de recursos, que obteve riqueza e influência política ao casar-se com Maria Cândida Lima Duarte, que era de uma família de grande prestígio e poder na região (SILVA, 1945, p. 24).

Por fim, vale salientar que a Câmara Municipal da paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora durante o período imperial, mesmo contendo certa heterogeneidade em sua formação, era composta por indivíduos que estavam ligados a produção agrícola e a escravidão, fosse por ter laços de parentescos com proprietários de terras e escravos, seja por possuírem uma unidade produtiva, como na grande maioria foram, os capitalistas, os negociantes e alguns membros da Guarda Nacional.

Ao final desta análise, é possível concluir que a paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora contou com uma elite “seleta”, formada pelos “pioneiros” da região e por famílias agregadas a este grupo, como a Halfeld e a Penido.

Além deste aspecto, foi possível detectar que para evitar a entrada de “estranhos” a elite da paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora buscava por meio do casamento entre membros dessas famílias “fechar” a Câmara Municipal a “estranhos”. As eleições municipais confirmavam esta tendência, pois muitas famílias almejavam o cargo de vereador, mas poucas obtiveram êxito. Por esse motivo, tal como observou Patrícia Genovez (2011), é possível afirmar que a Câmara Municipal de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX era uma “Câmara de Compadres”.

Considerações Finais

O presente estudo demonstrou que a paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora constituía o centro urbano, o subúrbio, os arredores e a área rural da vila de Santo Antonio do Parahybuna (1850) e das cidades do Parahybuna (1856) e do Juiz de Fora (1865).

Esta localidade se originou a partir da construção do Caminho Novo, que ligava Vila Rica (atual Ouro Preto) à Corte, no século XVIII e teve seu povoamento intensificado a partir da decadência da extração aurífera durante a segunda metade do setecentos na Capitania de Minas Gerais e com a expansão da lavoura cafeeira durante o oitocentos.

Além deste aspecto, é possível concluir que a formação das famílias das elites brasileiras do século XIX apresentava uma série de características presentes nas uniões coloniais. Dentro deste contexto, elementos como a manutenção da “pureza do sangue” permaneceram nas uniões das elites brasileiras oitocentista.

Por outro lado, “novos” valores foram agregados nestas decisões, em decorrência de mudanças sociais ocorridas durante o oitocentos, que permitia a união de outros grupos sociais, como por exemplo, os profissionais liberais, a importantes e ricas famílias das elites locais. Todavia, essas uniões eram permitidas mediante a alguns pré-requisitos que envolviam cor, religião, riqueza, ocupação e origem do cônjuge.

Em relação à elite da paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora, formada principalmente por fazendeiros e profissionais liberais, foi possível concluir que nesta localidade, assim como em outras regiões, durante a segunda metade do século XIX, muitas famílias disputavam o cargo de vereador mais poucas eram contempladas com a vitória, pois a ascensão política envolvia laços familiares, sociais e econômicos. Dentro desta perspectiva, promover laços sociais com famílias “antigas” e “tradicionais” da paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora era um dos requisitos para alcançar prestígio social e político, que poderia levar o indivíduo a fazer parte da vereança, ou seja, ter o reconhecimento público e fazer parte do “grupo dos melhores”.

Por fim, a partir deste artigo foi possível detectar que o poder público local na paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora, assim como em outras localidades do período, foi um ambiente fechado a “estranhos” em decorrência das relações de compadrio e solidariedade entre as principais famílias da região por meio de alianças e casamentos, as eleições municipais confirmavam esta tendência.

Por fim, foi possível concluir que o matrimônio teve uma grande importância para as elites brasileiras oitocentista e envolvia uma série de interesses econômicos, políticos e sociais. Essa estrutura era necessária para a manutenção da “pureza do sangue” e da hierarquia social.

LAS REDES FAMILIARES Y DE SOLIDARIDAD EN EL GOBIERNO LOCAL: EL CASO DEL AYUNTAMIENTO DE LA PARROQUIA DE SAN ANTONIO DE JUIZ DE FORA (MINAS GERAIS, BRASIL), 1850-1888

RESUMEN: En este trabajo se analiza como familias "viejas" y "tradicionales" de la parroquia de San Antonio de Juiz de Fora, que estaba ubicado en la Mata de Minas Gerais, desarrolló estrategias sociales, como el matrimonio y el amiguismo, con las familias de prestigio de la ubicación, para permanecer en el poder político local, representada por el Ayuntamiento, durante el siglo XIX. Además, este estudio busca entender cómo los miembros de estas familias ayudaron en la formación de la parroquia de San Antonio de Juiz de Fora.

Palabras clave: Historia de la familia, el poder local, los lazos sociales.

Referências

Fontes

Arquivo Histórico de Juiz de Fora:

ESTEVES, Albino. **Álbum do município de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915.

Arquivo Público Mineiro:

Coleção de Leis Mineiras. Link de acesso:

<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtbusca/index.php?query=leis+mineiras&mid=83&action=showall&andor=AND>

Câmara dos Deputados Federais:

Coleção de Leis do Império do Brasil (1834). Lei número 16 de 12 de agosto de 1834. Vol. 1. Link de acesso:

<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html>. Acessado em outubro de 2012.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:

Recenseamento do Brasil em 1872. Biblioteca Digital do IBGE. Link de acesso: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>

Bibliografia

BACELAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho do Oeste paulista, 1765-1855**. Campinas: CMU/Unicamp, 1997.

BASTOS, Wilson de Lima. **Caminho Novo: Espinha dorsal de Minas**. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2004.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1695 -**

1835). 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

FAORO, Raymundo. **A formação do patronato político brasileiro**. 15^a ed. Porto Alegre: Globo, 2000.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e Vilas D'El Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG/Humanitas, 2011.

GENOVEZ, Patrícia Falco. Câmara dos compadres: relações familiares na câmara municipal de Juiz de Fora (1853 – 1889). **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, vol. 1, nº 2, p. 61 – 79. jun./ago. 2011.

_____. **As Malhas do Poder** : uma análise da elite de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2002.

GUIMARÃES, Elione Silva. **Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós – emancipação: família, trabalho terra e conflito** (Juiz de Fora – MG, 1828 – 1928). São Paulo: Annablume. 2006.

HEINZ, Flávio M. (Org.). Por outra história das elites. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2006.

JUNQUEIRA, Patrícia Thomé. **De cidade à centralidade: a formação dos centros e o processo de descentralização nas cidades de médio porte. Estudo de caso: Juiz de Fora**. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

LAMAS, Fernando Guadereto. Povoamento e colonização da Zona da Mata Mineira no século XVIII. **Histórica**, São Paulo, nº 8, p. 1 – 9, mar. 2006.

LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros: do Caminho Novo à Proclamação**. Juiz de Fora: FUNALFA, 1988.

OLIVEIRA, Eduardo Luis de. **Os trabalhadores e a cidade: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877 - 1920)**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de família**. Mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira, 1780-1870. Bauru/Juiz de Fora: Funalfa/EDUSP, 2005.

PIRES, Anderson José. **Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora, 1870 – 1930**. 1993. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

SCOTT, Ana Silva Volpi. **Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX)**. 1999. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Minho, Guimarães.

SILVA, José Bonifácio de Andrade. **Os Penidos de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Cia. Dias Cardoso, 1945.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. **História da Família no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Josarlete Magalhães. **Das Minas às Gerais**: um estudo sobre as origens do processo de formação da rede urbana da Zona da Mata mineira. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SOUZA, Sonia Maria de, **Terra, família, solidariedade...**: estratégias de sobrevivência camponesa no período da transição - Juiz de Fora (1870-1920). Bauru: EDUSC, 2007.

VITORETTO, Bruno Novelino. **Do Parahybuna a Zona da Mata**: terra e trabalho no processo de incorporação produtiva do café mineiro (1830 – 1870). 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

SOBRE O AUTOR

Caio da Silva Batista é mestre em História Social do Brasil pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). Professor da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro.

Recebido em 30/11/2014

Aceito em 10/12/2014